

LUGAR DE NEGRO: Revisitando e refletindo sobre a Renovação do Serviço Social no Brasil e os movimentos sociais negros

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano
Deivi Ferreira da Silva Matos

O fato do regime empresarial-militar ter adotado o mito da democracia racial como um dos seus mecanismos ideológicos de controle, consubstanciado na Lei de Segurança Nacional, mas não apenas, faz com que o relato responsável do período passe necessariamente por essa lente, sob pena de serem reproduzidas as falaciosas memórias incolores que reforçam os lugares de subalternidade e encobrem as agências de negros e negras que determinam seus percursos políticos em primeira pessoa, com sangue, suor e gritos (de ordem e de dor). (Pires, 2018.p. 09)

Introdução

Com o intuito de estabelecer um ensaio que propicie reflexão provocativa sobre as possibilidades do diálogo entre os elementos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e as interfaces com as relações sociorraciais, em especial no que tange a população negra no período demarcado pela ditadura militar e o contexto sociopolítico do Brasil, é que empreendemos o exercício de estruturar e elaborar os pensamentos que aqui descrevemos.

A mobilização e interesse neste tema surgiu da experiência docente de 2 doutorandos do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, no desempenho das atividades de docência enquanto professores substitutos do Departamento de Fundamentos em Serviço Social na Escola de Serviço Social da mesma Universidade, ambos ministravam a disciplina Serviço Social III, e também como desdobramentos de pesquisas que suscitam as diversas transversalidades entre Serviço Social e ‘Questão racial’. Este ensaio anuncia, breve e resumidamente, a abordagem do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, o amadurecimento profissional e as mudanças significativas da autoimagem do Serviço Social no contexto socio político da ditadura militar e de expansão do capitalismo associado e dependente como se apresenta no país.

Para estabelecer tais reflexões, lançamos mão do apoio no método materialista histórico-dialético, concebendo assim, um estudo preliminar e que de antemão reconhece suas limitações, mas, vislumbra as possibilidades de interpretação e interlocução dos temas centrais que aqui nos debruçamos, a citar: relações sociorraciais com ênfase na população negra e o processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

Em um breve levantamento documental e bibliográfico, buscamos tecer algumas considerações reconhecendo o racismo enquanto elemento fundante das relações sociais no Brasil, e portanto, raça e racismo são expressões inequívocas da realidade brasileira. Apostamos, ainda que qualquer análise social, conjuntural e de contextos do Brasil e do capitalismo dependente aqui vigente, devem considerar tais elementos, correndo o risco de na ausência desses construtos, o resultado final desta análise estar comprometido com equívocos e falta de exatidão, já que a prerrogativa perseguida é a de totalidade.

Compreendemos que a produção e reprodução capitalista vigente na ditadura empresarial militar ampliou e agudizou as desigualdades sociorraciais, que ainda permeiam as dinâmicas sociais, afetando a luta de classes, as movimentações das forças sociais pela redemocratização e portanto, as condições de vida da classe trabalhadora como um todo. Tal panorama nos faz reconhecer o Serviço Social nas suas especificidades históricas e fundantes,

que demarcam o inegável amadurecimento e o fortalecimento da categoria, nos referindo assim aos avanços angariados com a aproximação da perspectiva teórico-crítica demarcada de meados da década de 70 e inícios dos anos 80, o que culminou na reconhecida perspectiva denominada como intenção de ruptura.

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social ‘o reformismo conservador’. (Netto, 2015, p.207).

A metodologia deste estudo será pautada por referências bibliográficas para incutir as possíveis inflexões nesse âmbito, evidenciando a retomada e releitura de determinadas características do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, sob a luz da questão racial elencada pela ótica da emergência dos movimentos sociais negros, e as condições sociais da população negra, bem como as oposições democráticas no cenário de repressão imposto pela ditadura militar brasileira.

Aceitando este desafio, temos por objetivo investir, neste ensaio, tecendo reflexões preliminares sobre o período geopolítico da ditadura empresarial militar, revisitando os chamados Fundamentos do serviço social, em especial o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, destacando as especificidades da perspectiva da intenção de Ruptura. Neste breve e inicial exercício reflexivo que vamos detalhar e descrever neste artigo, serão trabalhadas as possibilidades de transversalidade e retomada no tempo histórico ofertada pelo movimento dialético, considerando os determinantes do contexto econômico, político, social e cultural da ditadura do grande capital e os direcionamentos apontados pelos movimentos sociais negros em tal conjuntura societária.

No primeiro momento desta reflexão, nos debruçamos sobre a descrição do Serviço Social no seu processo de renovação e sua conceituação social e política pelo viés racial. Seguimos destinando o segundo momento para explorar as possíveis aproximações do movimento social negro na sua institucionalização e os exercícios progressistas ocasionados pela Intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.

A renovação do serviço social e as relações sociorraciais

O debate das relações sociorraciais e as interfaces com o Serviço Social brasileiro tem se mantido como pauta fundamental, para se entender as relações sociais e a dinâmica de intervenção profissional da categoria na particularidade do capitalismo periférico e dependente do país. Tal debate vem sendo discutido pelas entidades da categoria tais como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO com consideráveis avanços e sem possibilidades de recuo na produção científica e investimentos sobre tal abordagem. Contudo, ainda nos parece profícuo problematizar os campos dos reconhecidos fundamentos históricos, metodológicos e filosóficos do Serviço Social tendo a questão racial como elemento central nas análises e interpretações deste vasto campo composto de períodos, processos, vertentes e códigos de ética que correspondem ao arcabouço dos fundamentos do Serviço Social no Brasil.

A análise das aproximações, ou/e apartamentos entre o Serviço Social e os movimentos sociais negros, ao longo do processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, envolve uma teia de relações sociais complexas que contém uma série

de vetores sociais. Netto (2015), ao analisar o processo de formação social brasileira elenca três elementos que são indispensáveis para pensarmos a configuração das relações sociais brasileiras. Como primeiro elemento o autor, aponta que em nosso país a burguesia nacional, não operou as reformas sociais clássicas que a burguesia dos países do centro do capitalismo realizou, tais como a reforma agrária.

No Brasil não houve abolição do grande latifúndio e uma redistribuição de terras, ao contrário, o processo de modernização conservadora, buscou refuncionalizar não só essa expressão do período colonial, mas também outras formas integrativas face à dinâmica social moderna e imposta. Esse primeiro elemento permite ao autor inferir que no Brasil o desenvolvimento do capitalismo não se opera contra o “atraso”, ao contrário o avanço das forças produtivas do capital se opera mediante a sistemática reposição de aspectos “arcaicos”, sobre roupagens modernas, funcionais e integradas ao modo de produção vigente (Netto, 2015, p.33).

Nesse primeiro ponto, cabe destacar que a escolha da manutenção do processo de grande concentração de terras, feito pela classe dominante atingiu diretamente a população negra, que já no período colonial havia sido atingida pela assim chamada Lei de Terras de 1850. Esse dispositivo jurídico, se configurou numa tecnologia de controle racial e social que impediu aos negros de ocuparem parte das terras no final do século XIX, além de ter impactado na gênese do processo de urbanização violenta e precarizada de nosso país.

Como segundo elemento constitutivo da formação social brasileira, Netto (2015), aponta a sistemática exclusão das camadas populares dos processos de decisões políticas e econômicas do país. A classe dominante, por meio de toda uma superestrutura, primou pela construção de uma aparelhagem social que excluísse a grande massa populacional dos processos de socialização política do país, o viés da autocracia burguesa. Os setores da elite brasileira buscavam neutralizar as insurgências e manifestações sociais de cunho popular e democrático.

Nesse sentido, Gonzalez (1982), parte do pressuposto que, desde o período colonial até a contemporaneidade, ocorre de forma estruturada nas relações sociais a separação entre o espaço social ocupado pela classe dominante e pela classe dominada. A pensadora, advoga por meio da teoria do “lugar natural” de Aristóteles, que ocorre uma espécie de lugar natural entre brancos, classe dominante e negros, classe dominada. Assim sendo, o lugar do branco seria o de “moradias amplas, espaçosas, situadas em locais privilegiados da cidade e/ou do campo com disponibilidade de segurança e proteção das forças de segurança pública”.

O lugar natural do negro, seria, portanto, o local da senzala, das favelas, dos cortiços, dos locais de terrenos alagados, dos conjuntos “habitacionais”, espaços onde as moradias são insalubres, onde ocorre a presença da polícia, não para proteger, mas para realizar a “manutenção” da ordem que se dá por meio de uma série de violências e repressões. “... se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário...” (Gonzalez, 1982, p.33).

Por último e não menos importante, Netto (2015), ao tratar da formação social brasileira, reflete o papel singular que o Estado detém em relação à sociedade civil. Para o autor, desde a década de 1930, esse tem atuado como força motora no processamento de desmobilização, por meio de mecanismos repressivos e coercitivos contra os interesses das classes populares. O Estado brasileiro, “historicamente serviu de eficiente instrumento contra a imersão na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (Netto, 2015, p. 34).

Almeida (2014), ao examinar o Estado brasileiro, e as relações sociais que este aliado ao capitalismo, desenvolve com a população negra, infere que: embora o regime escravocrata tenha encerrado em 1888, o Estado, não apresentou nenhum projeto de política reparatória, nem estabeleceu direitos para a população negra no regime republicano. Para a teórica, o genocídio tal qual o racismo antinegro, se constituiu como um dos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo moderno, que em muitas nuances retoma e recupera aspectos do Período Colonial. Nota-se os reflexos disso por meio de uma memória pulsante que são os efeitos da escravidão que atingem até os dias de hoje a população negra. Esse dado é de fundamental importância para a nossa reflexão, pois assim como Almeida (2014), partimos do princípio de que as expressões da “questão social” estão enraizadas no período colonial e foram reconfiguradas na sociedade de classes moderna.

Esses três aspectos de nossa formação social, manifestam-se diretamente na dinâmica social, econômica e política da sociedade brasileira de maneira que ao se espriar nos fios que tecem a teia das relações sociais da sociabilidade burguesa, esses conforme Netto (2015), saturam e determinam a configuração do espaço nacional.

Consoante a isso, a maneira com que se deu a inserção do país na economia internacional, enquanto periférico e dependente, contribui para que os processos decisivos e societários fossem impostos “pelo alto”.

Essa vinculação do Estado brasileiro, ao capitalismo internacional, passa a ser questionada no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Devido a uma série de lutas democráticas da classe trabalhadora nacional e internacional. Essas reivindicações e questionamentos segundo Netto (2015) e Gonzalez (1982), permitem que a luta das massas populacionais, e/ou classes superexploradas, promovam uma mudança do eixo de força na sociedade brasileira.

Em face de um Executivo permeado de protagonistas políticos com elas comprometidos, as forças democráticas vinculadas mormente às classes subalternas mobilizaram-se febrilmente. Acumulando reservas desde o governo constitucional de Vargas, o campo democrático e popular articulava uma importante ação unitária no terreno sindical, politizando-o rapidamente, e colocava em questão — sob a nem sempre inequívoca bandeira das reformas de base — o eixo sobre o qual desliza até então a história da sociedade brasileira: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão. A emersão de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais, no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses (com especial destaque para camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja católica e das Forças Armadas, era um fato novo na vida do país. Do nosso ponto de vista, esta emersão não colocava em xeque, imediatamente, a ordem capitalista: colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país (Netto, 2015, p. 40).

O golpe de 1964, se opunha completamente ao protagonismo político da classe trabalhadora, esse protagonismo se expressa nas manifestações e denúncias das classes populares face ao arbítrio da ordem burguesa. Majoritariamente a classe trabalhadora e popular é negra. Classes essas que buscavam apresentar um outro *modus vivendi*, para além dos liames da sociedade burguesa e a dada expansão do capitalismo e as profundas desigualdades dele decorrente e intrínsecas. Um projeto que questionava a configuração das determinações sociais do capitalismo periférico, associado e dependente, no caso brasileiro.

Nesse processo de implementação do golpe militar, a população negra teve perdas significativas, no campo econômico, social e de articulação e organização política. O golpe

que representou um “milagre” econômico, para a pequena burguesia nacional, para a população negra significou uma verdadeira “maldição”. Pois, se acentuou a pobreza absoluta ou aguda, entendida como a escassez extrema de recursos mínimos para a sobrevivência, bem como as violências estruturais raciais.

Para Gonzalez (1982), a proposta de pacificação da sociedade, proposta pelo governo militar, recortada para a população negra, referia-se historicamente ao silenciamento, castigos físicos e mentais, estado de depleção, torturas, banimentos e desaparecimentos. Para a pensadora, esses fenômenos, que são anteriores ao regime militar, se acentuam ainda mais no contexto do regime militar, pois “pacificação” tornou-se sinônimo de “repressão”.

No que tange ao processo de renovação do Serviço Social no Brasil, entendemos que este se dá no contexto político da ditadura, também apresentado por Netto (2014) como ‘Ditadura empresarial militar’, ou a ditadura do grande capital, que se constitui como um processo complexo e multifacetado, e assim deve ser considerado, incluindo também, as contradições que lhes são inerentes. Raça deve ser considerada nas análises sobre a ditadura do grande capital, por ser um termo de análise sociológica e não biológica. De acordo com a classificação em relação ao quesito raça/cor do IBGE (2017) ‘Negro’ é o somatório da população autodeclarada Preta e Parda.

Este movimento não apenas respondeu às requisições e limitações impostas pela ditadura ao Serviço Social, concomitantemente, cunhou no seio da categoria, formas de resistências que possibilitaram a evolução e amadurecimento profissional, enquanto as bases sociopolíticas e forças sociais pressionavam para o término do regime autoritário e a (re)democratização política. Observa-se uma mudança significativa no cenário do Serviço Social entre meados dos anos 1960 até o final dos anos 1980, período em que se dá o referido processo que é analisado por Netto (2015) em “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. A complexidade do processo de renovação do Serviço Social é demarcada por uma diversificação teórica-filosófica, método-prática e ética-ideológico-política da profissão.

Buscamos trazer esses breves apontamentos, para apontar os componentes da conjuntura política, econômica e social que se desenhava, não somente para a população negra, mas também para o Serviço Social, nesse período. Nesse contexto sócio-histórico da ditadura do grande capital que nossa categoria profissional passa pelo seu processo de renovação. Ocorre toda uma mudança relacionada a funcionalidade, das demandas práticas, os objetivos e funções profissionais do Serviço Social, o processo de formação dos quadros técnicos da profissão, os referenciais teóricos- metodológicos. Para Netto (2015), esse processo leva a um giro dos ponteiros na profissão, que se inicia na década de 1960, percorre 1970 e se fecha em 1980. Nessa quadra histórica o serviço social, ao buscar sua renovação, passa por momentos de mudança, continuidade e uma intenção de ruptura com o dito Serviço Social Tradicional. Antes de avançarmos em nosso texto dissertativo, é importante apontarmos o que Netto (2015), entende por renovação do serviço social.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. Trata-se como se infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo (Netto, 2015, p.172).

Em suma, o autor mencionado apresenta e descreve três perspectivas enquanto componentes do processo de renovação do Serviço Social. 1) Perspectiva Modernizadora; 2) Reatualização do conservadorismo; e 3) Intenção de Ruptura. Segundo Netto, as duas primeiras perspectivas representam a ‘modernização conservadora’, dada a sua vinculação às determinações do regime político imposto, bem como a sua funcionalidade ao sistema capitalista associado e dependente, quando comparado aos países centrais do capitalismo, e em expansão naquele contexto societário.

A primeira perspectiva intitulada de “Modernizadora”, representou um esforço da categoria profissional da época, em realizar um processo de adequação do Serviço Social dentro do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. Essa perspectiva atendia diretamente aos requisitos profissionais da ditadura empresarial militar, pois conforme Netto (2015), muito influenciada pelo estrutural funcionalismo norte-americano, aceitava como dado inquestionável a ordem burguesa. O autor vai além, e analisa que tal perspectiva foi a mais absorvida pelo Serviço Social.

Gonzalez (1982) ao analisar a situação da população negra, nesse período infere que a tríade realizada entre o governo militar, capital internacional e a pequena burguesia nacional, nesse período incidiu agressivamente nas condições de vida da classe trabalhadora da época, onde a população negra, devido ao seu crescimento exponencial, se consolidava como parte da grande maioria. Maioria essa que foi marcada por um empobrecimento abrupto determinado pela política de arrocho salarial.

Os setores que eram apresentados como, pontas de lanças fundamentais para o avanço do progresso do imperialismo no país, tais como a construção civil, além do setor de prestação de serviços, para Gonzalez (1982), representaram verdadeiros túmulos para a população negra. A autora vai além, e parte do pressuposto de que dentro desses setores havia uma maioria de trabalhadores negros, devido ao valor insignificante do custo da força de trabalho negra.

Esses aspectos são de fundamental importância para nossa análise, pois a partir de Gonzalez (1982), depreendemos que a população negra, já nesse período formatava-se como um dos segmentos mais atingidos pelas expressões da “questão social”. Portanto, era alvo de intervenção das ações do Serviço Social. Dentro da perspectiva Modernizadora, os documentos mais relevantes, ou seja, “Araxá e Teresópolis”, em partes de suas formulações, parecem se dirigir diretamente a esse segmento populacional. Nos prolegômenos do documento de “Araxá”, de 1967, no primeiro item, consta que o Serviço social como prática institucionalizada, [...] caracterizou-se pelo desempenho de papéis relacionados com disfunções manifestações (...) do indivíduo sobre formas de desajustamentos sociais e ao mesmo tempo identificadas ao nível das estruturas sociais” (CBCISS, 1986, p. 19).

Com relação às “Considerações sobre a natureza do Serviço Social”, no item 22, o documento aponta que “[...] *Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas*” (CBCISS, 1986, p. 24).

A segunda perspectiva intitulada por Netto (2015), reatualização do conservadorismo correspondeu a um processo de recuperação dos valores mais tradicionais do Serviço Social, tentando readequá-los apresentando-os com uma roupagem teórica- metodológica mais aprimorada, porém revisitando os marcos tecnocráticos e conservadores da profissão. Tal vertente repudiava tanto as prospecções da tradição positivista, como as da tradição marxista. Segundo Netto (2015) essa perspectiva se apoiava em bases e influências fenomenológicas. Essa perspectiva fundava-se no campo da ajuda psicossocial. Tratou-se de uma perspectiva,

que por meio da base de seus referenciais filosóficos, impossibilitou uma análise rigorosa e crítica de análises sociais mais amplas da realidade social brasileira.

A terceira perspectiva: intenção de ruptura, a qual nos debruçamos com maior intensidade para fins das articulações que propomos nesta construção, é datada da segunda metade da década de 1970 até meados de 1980. Ela surge como uma resposta crítica no interior da categoria à autocracia burguesa / ditadura militar. Essa perspectiva diferencia-se claramente das perspectivas que a antecedem, mesmo que em determinados tempos, se entrecruzam, mas não se confundem nas suas diretrizes, pois tem finalidade de romper com a ordem estabelecida autoritariamente.

Os referenciais teórico-metodológicos adotados pela intenção de ruptura promoviam uma crítica fundamental aos princípios da modernização conservadora. O avanço desta perspectiva está intimamente ligado ao fortalecimento das reivindicações sociais pela (re)democratização do país, vinculado intimamente ao ambiente de reivindicações pelas liberdades democráticas.

A vinculação da intenção de ruptura à universidade é um traço importante e destacado por Netto (2015), pois diferentemente das outras correntes renovadoras no Serviço Social brasileiro e latino-americano, a perspectiva da intenção de ruptura no Brasil está vinculada ao meio acadêmico, através da inserção dos cursos de Serviço Social no âmbito universitário, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Para Yazbek (2009), o processo de ampliação das discussões sobre a formação social do assistente social, e o seu exercício profissional, são impulsionados na década de 1970, por meio da criação e expansão dos cursos de pós-graduação de Serviço Social no país. Através dos cursos de mestrado e doutorado, o Serviço Social vai passar por um processo de adensamento, desenvolvimento e maturação teórica das pesquisas, além de procurar o estabelecimento de uma apropriação e diálogo intelectual com as ciências sociais dentro e fora do país. É nessa empreitada que a profissão conquista respeito no campo interdisciplinar, ganhando visibilidade e interlocução com as ciências humanas e sociais (Yazbek, 2009).

Para Netto (2015), as bases sociopolíticas, manifestações e movimentos sociais dão corpo e intensidade à perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo no âmbito do Serviço Social, estas refletem as forças sociais que tensionam a ordem e a força estrutural vigente e imposta. Esse movimento reflete as lutas sociais das classes exploradas, leia-se classe trabalhadora.

A perspectiva da intenção de ruptura, portanto, está intimamente ligada ao contexto histórico e sociopolítico em que se desenvolve o processo de reivindicações por ampliação da democracia, bem como a erosão do regime militar-empresarial. É nesse contexto que se realiza o exercício de retomar o processo de renovação do Serviço Social, com especial atenção a perspectiva da intenção de ruptura, relendo pelo prisma da questão racial e enfatizando os movimentos sociais negros e a população negra.

Dentre as propostas das vanguardas do processo da intenção de ruptura que estavam presentes no Congresso da Virada, foram designados alguns pontos, que são: o repúdio ao convite realizado aos representantes da ditadura para participação no evento; a crítica a pífia participação dos estudantes no evento; a definição de temas e setorização dos debates; e a ausência da participação da categoria em todo o processo (Abramides, 2017).

O III CBAS, tratou-se de um marco importante, pois reitera e consolida a aproximação do Serviço Social com a luta dos movimentos sociais, mas não somente isso, marca também a vinculação do Serviço Social com a classe trabalhadora. Além do

reconhecimento da categoria profissional, enquanto participante dessa condição, os profissionais se inserem nesta relação capital/trabalho, na condição de trabalhadores assalariados.

Esses aspectos conjunturais nos permitem tecer as seguintes indagações: O Serviço Social dentro do seu processo de renovação profissional se aproximou do debate da questão racial? Quais eram as pautas política, social e econômica que aproximavam o Serviço Social das proposições realizadas pelos movimentos sociais negros? A situação da classe trabalhadora negra, era levada em conta, no processo de intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.

O Código profissional de 1986 expressa-se como um marcador importante para compreendermos o amadurecimento e posicionamento crítico da categoria frente às relações sociais e a sociabilidade estabelecida, baseada antes de tudo na exploração e nas desigualdades sociais. Esse documento produzido pelas agências representativas da profissão à época trazia no seu bojo os anseios da categoria forjados na perspectiva da intenção de ruptura. O referido código é o primeiro documento que expressa a vinculação e compromisso político de Assistentes Sociais com a classe trabalhadora. Optamos por trazer um trecho do referido Código de ética que expressa essa vinculação e o compromisso ético da categoria profissional com a classe trabalhadora.

Inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora (CFESS, 2024, p.1).

Esse marcador não é só uma virada de chave para a categoria, é metaforicamente, um derrubar de portas, um desatar das trancas e nós conservadores e ditatoriais. Contudo, há de considerar a ausência do debate racial, pois este componente estrutural, aliado a gênero, é o que dá materialidade, objetividade e concretude na compreensão da totalidade da dinâmica social, e da própria classe trabalhadora brasileira na sua amplitude, em qualquer que seja a época delimitada. Almeida e Sant'Ana no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1989, apontavam essa lacuna relacionada a ausência do debate da incorporação da questão racial dentro das reflexões práticas e teórico-metodológicas da profissão. Nesse sentido, as autoras destacavam à época:

[...]Tem sido nossa preocupação constante, estudar o caráter das Políticas Sociais que dão origem a esses serviços e os interesses que as permeiam, a fim que a nossa intervenção contribua para que a classe trabalhadora veja as suas necessidades atendidas. No entanto, apesar de aparentemente esgotada, esta discussão tem deixado lacunas que na verdade limitam o avanço desse projeto. Queremos dizer com isso, que embora os Assistentes Sociais marxistas tenham um referencial teórico-prático acerca da estrutura econômica capitalista e das formas ideológicas que a sustentam, algumas delas não são priorizadas (Almeida e Sant'Anna, 1989, p.8).

Ambas as pensadoras, refletem no seu trabalho o quão o debate das relações sociais nesse período, após o processo de intenção de ruptura era de fundamental importância para

as intervenções profissionais dos assistentes sociais. Conforme as autoras, o debate sobre o racismo não estava desvinculado da luta de classes dentro do modo de produção capitalista, visto que este tema se constitui como uma das ferramentas pelo qual o capitalismo explora a classe trabalhadora. Para as pensadoras, a discussão do racismo dentro do Serviço Social e o processo com que as pessoas negras eram atingidas pelas diversas expressões da “questão social” era condição *sine qua non*, pois “[...] essa questão, ou seja, o racismo, pois ignorá-la significa entender de forma limitada os problemas que afetam a classe trabalhadora” (Almeida e Sant’ Ana, 1989, p. 10).

Dialogando com Gonzalez (1982) alguns aparelhos ideológicos, tais como a família, escola, igreja entre outros, remetem em muitos aspectos, a ideologia do embranquecimento. Muitos desses valores, tais como famílias eram e são pensados com base no modelo eurocêntrico, que na maioria das vezes desconsidera outras formatações.

Eurico (2020) reflete que ao tratarmos de famílias no Brasil, é imperioso, que levemos em consideração o sequestro dos povos africanos, objetivando entender como o seu modo de ser e o papel social de cada indivíduo foram incorporados e adequados pelas famílias negras na diáspora. Ao incorporar determinados valores ideológicos eurocêtricos sem levar em consideração as particularidades brasileiras, isso pode impactar numa: *“suposta superioridade racial e cultural branca. Vale notar que é justamente por aí, por essa articulação entre o mito da democracia racial e a ideologia, que se deve entender o caráter disfarçado do racismo à brasileira”* (Gonzalez, 1982, p. 54). Cabe ainda frisar que por um longo período da sociedade brasileira (1870-1930), a classe dominante, tinha a população negra e suas respectivas famílias, como elementos degenerados (Schwartz, 2017).

Cabe frisar, que em 1975, a questão racial, passa a ser incorporada e discutida dentro das universidades brasileiras. Gonzalez (1982), cita como o exemplo o “Grupo de Trabalho André Rebouças”, que realizou uma semana de estudos sobre o negro no processo de formação social brasileira, na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro. O encontro reuniu docentes e pesquisadores sociais dos mais diversos campos acadêmicos, que se debruçaram sobre a questão negra na sociedade brasileira. Gonzalez (1982), ao tratar da importância dessa discussão dentro da academia, traz alguns indicadores sociais da época que fundamentavam a importância do estudo da questão racial dentro do espaço universitário.

O arrocho salarial, imposto como uma das condições para o desenvolvimento do país, resultou na queda do nível de vida da grande massa trabalhadora (basta lembrar que em 1976 cerca de 80% da força de trabalho era constituída por trabalhadores manuais, rurais e urbanos). Se em 1960 a população pobre participava da renda nacional numa faixa de 18%, em 76 essa porcentagem havia caído para 11%. Por outro lado, se em 1960 a participação do negro na força de trabalho não era das mais significativas, em 76 ela atingia a faixa dos 40%. Por aí se vê que esse aumento de participação no mercado de trabalho não significou uma melhoria do nível de vida para o conjunto da população negra (Gonzalez, 1982, p.60).

Cabe frisar que o MNU (Movimento Negro Unificado), em seu primeiro ano de atividades, realizou uma série de denúncias contra o racismo e as inúmeras violências raciais das quais a população negra estava sujeita. A instituição, inclusive junto ao Comitê Brasileiro pela Anistia, nos Congressos do ano de 1978 e 1979, defendia que devido às inúmeras práticas de terror que a população negra sofria no Brasil, esse segmento populacional, também se configurava como prisioneiro político. Tal afirmativa e denúncia era embasada no fato de que homens e mulheres negras, pelo simples fato da cor da sua pele eram sempre

colocados no lugar de indivíduos suspeitos e/ou que ameaçam a ordem. Essa movimentação realizada pelo MNU, atraiu alguns setores da sociedade que se sensibilizaram com a questão social do negro no Brasil.

Concomitante as reivindicações do MNU e dos demais movimentos sociais negros, o Serviço Social, em setembro de 1979, organiza o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), momento em que ocorre a “virada histórica” e a busca da erupção radical com o serviço social tradicional e todo o seu lastro conservador.

O Serviço Social Tradicional está baseado na

[...] prática empiricista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção - desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.(Netto, 2015, p. 156)

Movimentos sociais negros e a luta antiditatorial

Diante da repressão imposta pelo contexto do regime político da ditadura militar, qualquer organização coletiva ou outra junção de grupos de trabalhadores era visto como possibilidade de subversão e então tratados na esfera da chamada ‘segurança nacional’. Temos importantes contribuições que registram que com as lutas e movimentos negros não foi diferente.

Abdias Nascimento importante liderança negra do século XX foi perseguido e exilado nesse período de autoritarismo militar marcado pela suspensão extrema e truculenta de processos democráticos, este intelectual, artista e político dedicou sua vida e obra para denunciar a falsa democracia racial brasileira.

O jornal O Globo de dezembro de 1969, anunciou como título de matéria: “*Portela vê imprensa a serviço da discriminação racial para conturbar*”. No texto da reportagem consta:

Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em Exposição de Motivos ao Presidente da República, sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, datada de 10/02/1969, refere-se a conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: “No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes: (item 9) campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas” (IPEAFRO, 2006, p.29).

A questão racial que se expressava nas violências raciais, compôs desde sempre a formação social, histórica, política, econômica e cultural do Brasil. Nesse sentido, as resistências e rebeldias negras sempre estiveram presentes demonstrando as controvérsias de políticas de linearidade, falsa igualdade ou silenciamento das tensões sociais. A carta de oficialização do Movimento Negro Unificado (MNU), de 1978 dialogou com o cenário repressivo militar e posicionou-se de forma aliada às forças sociais e aos direcionamentos de proeminência da redemocratização do país. A finalização da carta de princípios trouxe a seguinte ponderação afirmativa: “Nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos

políticos, econômicos e sociais.”

Por citar a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978 e a carta aberta direcionada à sociedade brasileira naquele momento, cabe transcrever e trazer para esta construção os pontos que denunciaram diversas violações que afetavam a população negra brasileira em tal cenário brasileiro:

- 1- discriminação racial;
- 2- marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro;
- 3- péssimas condições de vida;
- 4- desemprego;
- 5- subemprego;
- 6- discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho;
- 7- condições sub-humanas de vida dos presídios;
- 8- permanente repressão, perseguição e violência policial;
- 9- exploração sexual, econômica social da mulher negra;
- 10- abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria;
- 11- colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura;
- 12- mito da democracia racial. (MNU, 1978)

Além do caráter de denúncia, os pontos apresentados pelo Movimento Negro Unificado documentaram os marcos e expressões da violência racial contra a população negra sistematizados na última quadra da ditadura militar, expondo as falácias do chamado “milagre econômico” que o regime militar anunciava proporcionar ao Brasil e todos os brasileiros, e sinalizando ainda as urgências raciais que mereciam atenção das manifestações e forças sociais que se mobilizavam para a (re)democratização do país.

É importante destacar que os povos africanos e posteriormente afrodescendentes escravizados nas Américas imprimiram de forma peculiar características, símbolos e movimentos de resistência. O associativismo e coletividade das lutas negras se deram antes de tudo em prol da existência e sobrevivência negra diante das determinações racistas e raciais. Consideramos o movimento social negro como movimento social contra hegemônico, contando com vasto histórico de formas de resistências negras desde a colonização, como as organizações dos quilombos, por exemplo. O Movimento Negro Unificado é um dos movimentos sociais negros contemporâneos, e que protagoniza as lutas sociais antirracistas. Os movimentos sociais negros são, na sua complexidade e diversidade, a mola propulsora do antirracismo no Brasil.

No processo de hegemonia sociorracial brasileira, os movimentos sociais negros avançaram nas lutas sociais no combate ao racismo, sobretudo, na tarefa de desmistificar que o Brasil não é celeiro, nem exemplo de harmonia racial, e de denunciar as variadas formas de preconceito, discriminação e desigualdade racial vivenciada pela população negra, exigindo e pautando toda sorte de ações antirracistas e de reparações do Estado brasileiro.

Ainda sobre o movimento social negro brasileiro, consideramos que ele está baseado na construção coletiva e política em torno da identidade negra, Hanchard (2001), afirma que no final da década de 1970 “Pela primeira vez a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira, e passou a suplantar o modelo assimilacionista” (Hanchard, 2001, p.148).

Hanchard ainda nos apresenta mais um registro da fundação do MNU, revelando as palavras de ordem que foram entoadas para aproximadamente 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em julho de 1978, ato que ficou documentado como a

formalização pública do chamado Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – MNUCDR, posterior MNU:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Uma campanha contra a discriminação racial... O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado como instrumento de luta da comunidade negra... Convidamos os setores democráticos da sociedade que nos apoiam a criarem as condições necessárias para uma verdadeira democracia racial. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro. Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferência e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo. (Hanchard, 2001, p.149).

Na investida para a apreensão da correlação existente entre questão racial e contexto da ditadura militar, temos Antônio Mauricio Freitas Brito (2023), que no escrito científico: “Em defesa da família”: ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva (1968-1985)”, nos apresenta em linhas gerais a racialização enquanto possibilidade interpretativa da politização moral e da tradição anticomunista conservadora.

Brito realiza pesquisas nos documentos da chamada ‘escrita repressiva’, onde o anticomunismo era tido como determinante de visão de mundo e um *ethos* particular para a manipulação política e cultural, e defesa de um estilo de vida internalizado cultural e ideologicamente para a expansão e desenvolvimento do capital, sobretudo estrangeiro, como proposta dita inovadora e de modernização do país, lembramos dos aspectos de internacionalização do capitalismo periférico e dependente brasileiro.

O autor, nesse material, explora as dimensões de raça e dos papéis de gênero, bem como da diversidade de orientação sexual nas abordagens repressivas e anticomunistas. Com a finalidade de revelar a finalidade autoritária, controladora e violenta desse regime apresentado como defensor da família tradicional, dos valores cristãos, da ordem do progresso e pelo bem de todos, Brito utiliza de particular processo metodológico, e destaca:

[...]a percepção da racialização exige uma postura metodológica no trato dos arquivos, das fontes e dos discursos para apurar os “olhos de ver” a questão racial. Do contrário, certamente será mobilizado o argumento da especulação sem evidência, e a hipótese será facilmente descartada. A investigação exige pensar as diversas formas de violência desenvolvidas pela ditadura, inclusive a interdição de discursos sobre o racismo à época (Brito, 2023, p.18).

No trato da questão racial e referente ao racismo a Lei de Segurança Nacional de 1967 criminalizava qualquer incitação pública “ao ódio ou à discriminação racial”, e ainda a Lei de imprensa coibia propagandas com conotação de “preconceitos de raça”. Tais Leis promulgadas na ditadura militar buscavam amenizar e controlar o potencial de contestação e mobilização política das lutas sociais negras, equivocada é a interpretação que as mesmas estavam destinadas à proteção da população negra contra os preconceitos e discriminações de cunho racial.

Demonstrando como a violência racial apresentava-se no contexto ditatorial, Brito descreve:

[...] uma realidade social onde negros e negras eram maioria nas favelas, subúrbios, e demais regiões periféricas, as prisões arbitrárias, invasões a domicílio, expropriação de lugares de moradia (remoções), torturas físicas e psicológicas, além do convívio com a ameaça latente dos grupos de extermínio (Brito, 2023, p.19).

Essas facetas da violência racial não findaram, e é correto afirmar que não foram instauradas na ditadura militar, tais recursos da barbárie racial são intrínsecos à formação social brasileira desde sempre, mas também é correto demarcar que neste período houve o acirramento do racismo e das suas expressões aviltantes.

Outro exemplo relevante diz respeito ao “arrastão” ocorrido no Rio de Janeiro em 1982 – rotina “que mais representa a herança escravista do racismo institucional da Polícia Militar”: uma “escolta” de “um grupo de homens negros amarrados por uma corda pelo pescoço, depois de blitz realizada nos Morros da Coroa/Cachoeirinha (Brito, 2023, p.19).

Reiterando sobre as manifestações negras com prerrogativas democráticas e a luta antiditadura, Lélia Gonzalez (1984) retoma a não explicitação direta sobre raça e racismo nos argumentos dos governos militares, elaborando reflexões sobre o silêncio ou silenciamento sobre a categoria raça, ela afirma: “ele[s] pouco teria[m] a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos (...). Exatamente porque lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objetos. Até mesmo como objeto de saber.” (Gonzales, 1984, p. 232).

De acordo com a autora, o mito da democracia racial impregnava o imaginário social e coletivo à época, não por acaso, mas de fato como estratégia de controle e de imposição do racismo contra a população negra, nos contornos simbólicos e concretos da ditadura militar.

[...] a ditadura visou produzir silêncio sobre o tema racial e negar o racismo, nossa hipótese é que se trata de uma presença ausente, não nomeada... não devemos renunciar à categoria raça ao investigar os discursos sobre ‘crise da família’ nos acervos repressivos. É necessária a escrita da ausência (Gonzalez, 1984, p.21).

Os movimentos sociais trazem no seu bojo o acúmulo de experiências, as vivências do passado e do presente para vislumbrarmos e construirmos o futuro. Há uma dimensão educativa e coletiva dos movimentos sociais, um processo pedagógico alimentado por práticas revolucionárias, práticas que aglutinadas formam uma força que antagoniza, denuncia as contradições e desestabiliza as opressões sociais determinadas pelas imposições conjunturais de racismo e genocídio antinegro. Assim consideramos e compreendemos a importância dos feitos dos movimentos sociais negros no cenário demarcado pela ditadura empresarial militar no Brasil.

O olhar racializado para as violências perpetradas nesse período traz a possibilidade de memorializar a atuação do regime sobre outras territorialidades negras como as escolas de sambas e locais de religiosidade dematrizes africanas, colocando em negrito os desdobramentos da privação de direitos cuja continuidade pode ser percebida na redemocratização (e nos seus limites). Permite ainda que se conheça atores políticos combativos e historicamente ignorados. Produz a racialização do não branco e do branco, tomado como padrão para identificação do que é luta por democracia e resistência. Oferece mais elementos para a compreensão das condições estruturais que viabilizam o florescimento e consolidação de regimes autoritários. Reposiciona o que se entende por violência e os contornos possíveis da liberdade (Pires, 2018, p.23).

Considerações finais

Com o amadurecimento e a leitura social crítica que conquistamos com todo o processo de renovação do Serviço Social, em especial com a perspectiva da intenção de ruptura, compreendemos que as lutas sociais estão inseridas no cenário social e apontam as contradições e desigualdades inerentes à sociedade, as movimentações sociais sobressaem ao discurso, atravessam barreiras indicando e reivindicando práticas e ações de enfrentamento à sociabilidade vigente.

Após a ‘virada’ demarcada pelo congresso ocorrido em 1979, o Serviço Social assume compromisso com a classe trabalhadora, e também o papel de intervir na realidade social, de forma crítica e reconhecendo os determinantes estruturais que forjam as desigualdades sociais. É nesse sentido que reconhecemos a importância e o significado desse marco para a categoria, período que precisa ser revisitado e assegurado como conquista.

As possibilidades de aproximação entre a perspectiva da teoria social crítica, inaugurada a partir da intenção de ruptura, e os movimentos sociais negros no contexto da ditadura militar não negam a relevância do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, sobretudo sinalizam e fomentam interpretações necessárias para a superação da opressão, dominação e exploração de classe, que é desde sempre perpetrada pela raça através do imperativo do racismo. A intenção dessa aproximação não é esgotar o debate, mas demonstrar um esforço que é necessário para entender o movimento do real e as relações que aproximam o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a questão racial pautada pelos movimentos negros.

[...] mudanças foram indicadas como perspectivas renovadoras ou de intenção de ruptura com o pressuposto do conservadorismo do Serviço Social brasileiro... dois eixos passam a compor as balizas teórico-metodológicas e ético-políticas... a ideologia da revolução social e as políticas sociais com aspirações de mudanças da sociedade... A partir desses referentes, no Serviço Social, questiona-se o sistema econômico capitalista e a ideologia (neo)liberal, porém pouco se critica o ‘substrato colonial’ dessa teoria... A produção da literatura sobre as ‘questões raciais’ após o congresso da virada, teve ritmo lento, sem muito afinamento na área (Díaz, 2021, p.258).

O Serviço Social brasileiro, enquanto categoria profissional e intelectual tem compromissos éticos e políticos indissociáveis dos valores apregoados pelos direitos humanos, o cenário de violência racial delatado pelos movimentos sociais negros na quadra temporal determinada como ditadura militar brasileira merece atenção. Perde-se o fio condutor de compreender o papel das lutas e movimentos sociais negros e do antirracismo no processo de (re)democratização do país, e ainda mais, de compreender a luta negra na sua integralidade e enquanto força motora para a construção de outra forma de sociabilidade.

Há possibilidades interpretativas sobre a relação, ou mesmo diálogo, entre as forças sociais e as bases sociopolíticas que reivindicaram o espaço para a (re)democratização do país e os movimentos sociais negro. A releitura e retomada que indicamos nestas contribuições iniciais, demonstram que essa aproximação tem considerável importância para o Serviço Social conhecer e reconhecer sua história, inclusive nas lacunas contidas nesse processo. É a lógica do saber da filosofia africana Sankofa: hoje no presente, olhar para trás, reconhecendo a história para assim construir e reconstruir o futuro.

A luta de classes não pode prescindir das lutas contra as opressões, que lhes dão vida e materialidade nas dinâmicas sociais, como opressão de raça e gênero conforme reflete

(Almeida, 2014). Nesse sentido, o comprometimento com a liberdade e emancipação humana deve, sobretudo, tratar o racismo na perspectiva de totalidade social, considerando a convocatória ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social, seja nos seus processos históricos e fundantes, seja na construção dos paradigmas atuais e futuros da categoria.

Referências

ABRAMIDES, M.B. 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso Brasileiro da Virada 1979”. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**: Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, M. S.; e SANT’ANNA, F. C. R. **Tese 8 - "A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora"**. VI CBAS. Jornal do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Natal - RN de 10 a 14 de abril de 1989.

BRITO, A. M. F. Em defesa da família: da ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva (1968-1985). São Paulo: **Revista de História**, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/206429> . Acesso em: 30 out 2022.

Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS. **Teorização do serviço social / Centro Brasileiro de Cooperação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL (aprovado em 09 de maio de 1986)**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2024.

DIAZ, L.R.E. **Os reverses da ausência: as “questões raciais” na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)**. São Paulo: Editora Appris, 2021.

EURICO, M. C. O Cotidiano das Famílias Negras: por uma perspectiva antirracista de análise de suas demandas e potencialidades. **REVISTA EMANCIA - O COTIDIANO EM DEBATE**, v.4, p.18-32,2019.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. São Paulo: **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

GONZALEZ, L e HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

HANCHARD, M.G. **Orfeu negro e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 - 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Distrito Federal, 2017.

IPEAFRO (Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros). **Abdias Nascimento 90 anos – Vida e obra**. Rio de Janeiro, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PIRES, T. R. O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/33900> . Acesso em: 31 de Julho de 2024.

SCHWARCZ, L. K. M. **O Espetáculo das Raças Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

YAZBEK, M.C. **Os Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.